

Regime jurídico da conversão de créditos em capital em sociedades com volume de negócios igual ou superior a € 1 milhão

No passado dia 3 de Março, entrou em vigor a Lei n.º 7/2018, que cria o regime jurídico da conversão de créditos em capital.

Este regime vem permitir que os créditos detidos sobre uma sociedade comercial ou sob a forma comercial¹ que tenha sede em Portugal e cujo volume de negócios (tal como resultante das últimas contas de exercício aprovadas) seja igual ou superior a EUR 1.000.000,00 (um milhão de euros) sejam convertidos em capital social dessa sociedade.

Apesar da conversão de créditos em capital social ser já uma possibilidade (nomeadamente através de mecanismos de conversão voluntários, como no caso das obrigações convertíveis em acções), o diploma agora publicado constitui uma alteração assinalável ao regime até aqui vigente, na medida em que permite a conversão de créditos em capital social sem o consentimento - e até contra - a vontade expressa dos sócios da sociedade em causa.

Os credores cujos créditos constituam, pelo menos, dois terços do total do passivo da sociedade e a maioria dos créditos não subordinados² podem propor à sociedade a conversão dos seus créditos em capital social, desde que, cumulativamente, se verifiquem os seguintes pressupostos:

- a) *O capital próprio da sociedade, tal como resultante das últimas contas de exercício aprovadas ou, caso existam, de contas intercalares elaboradas pelo órgão de administração e aprovadas há menos de três meses, seja inferior ao capital social;*
- b) *Se encontrem em mora, superior a 90 dias, créditos não subordinados sobre a sociedade de valor superior a 10% do total de créditos não subordinados ou, caso estejam em causa prestações de reembolso parcial de capital ou juros, desde que estas respeitem a créditos não subordinados de valor superior a 25% do total de créditos não subordinados.*

¹ O regime não se aplica à conversão em capital de créditos detidos sobre empresas de seguros, instituições de crédito, sociedades financeiras, empresas de investimento, sociedades abertas e entidades integradas no sector público empresarial

² Tal como definidos no Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas

A conversão de créditos em capital tem lugar através de um aumento de capital, não sem que seja atribuído aos sócios nesse aumento, por forma a permitir-lhes acautelar a sua posição, um direito legal de preferência. Exercendo um ou mais sócios o seu direito de preferência, o aumento terá de ser realizado em dinheiro, devendo tal montante ser obrigatoriamente utilizado para amortizar os créditos que se destinavam inicialmente a ser convertidos em capital. No caso de algum dos sócios não exercer o direito de preferência, os demais sócios preferentes podem “... *subscriver a parte de capital que caberia aos demais, na proporção das suas ações* (leia-se, participações).”

Recebida a proposta de conversão dos credores, os sócios dispõem de 60 dias para deliberar aprová-la ou rejeitá-la, podendo também acordar modificações à proposta com tais credores.

Caso (i) a proposta seja recusada pelos sócios; ou (ii) a assembleia geral não se realize no prazo de 60 dias; ou (iii) as deliberações previstas na proposta não sejam aprovadas ou executadas no prazo de 90 dias contados da recepção da mesma, os credores proponentes podem requerer ao tribunal competente para o processo de insolvência que supra, através de sentença homologatória, a deliberação de conversão de créditos em capital e a consequente alteração do pacto social.

Após a sentença homologatória, os sócios podem ainda, no prazo de 30 dias contados do respectivo trânsito em julgado, adquirir ou fazer adquirir, por terceiro por si indicado, o capital da sociedade resultante da alteração, desde que tais terceiros igualmente adquiram ou paguem na totalidade os créditos remanescentes sobre a sociedade detidos pelos credores proponentes.

A SLCM está à disposição para prestar esclarecimentos adicionais sobre este novo regime.

Martim Anahory
Pedro Sassetti Coimbra

Contactos:

ma@slcm.pt

psc@slcm.pt

A informação contida nesta FYI não consubstancia opinião ou assessoria jurídica, não dispensando a consulta da legislação referida e/ou aconselhamento junto de um profissional para aplicação a situações concretas.

Áreas de Actividade

Direito Comercial e Societário // Fusões & Aquisições // Private Equity // Direito Bancário e Financeiro // Mercado de Capitais // Direito Fiscal e Contencioso Tributário // Direito Laboral // Direito Comunitário e da Concorrência // Direito da Propriedade Intelectual, Publicidade e Consumo // Media, Telecomunicações e Tecnologias de Informação // Direito Marítimo e Aéreo // Direito Administrativo, Contratação Pública, Parcerias Público-Privadas // Planeamento e Urbanismo // Imobiliário e Construção // Energia e Ambiente // Contencioso, Arbitragem e Mediação